

6.1. RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DE PEDIDO NO ÂMBITO DO RERAE – JUDITE CONCEIÇÃO VAZ ANTUNES – RUA DAS EIRAS Nº 64, FREGUESIA DE PEDRALVA-BRAGA:

Da **DPRUU**, submetendo para apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, conforme previsto no nº. 4, do artº. 5º do regime extraordinário de regularização de atividades económicas, vulgo RERAE, Decreto-Lei nº. 165/14, de 5/11, e Lei nº. 21/2016, de 19/7, o processo em que é requerente **JUDITE CONCEIÇÃO VAZ ANTUNES**, relativo ao reconhecimento de interesse público municipal.

Tem informação técnica da DPRRU – Divisão de Planeamento e Revitalização. O Sr. Vereador da Área do Urbanismo pronuncia-se favoravelmente.

Av. Eulália Amarel.
1839417



Requerente: **Judite Conceição Vaz Antunes** (2017/450.10.009/1) / Local: Pedralva

DESPACHO

Considerando:

- a) A informação técnica de 22/02/2018 da DPRRU no âmbito do processo 4258/URB/PED/17, de destacar que *"Todos os pedidos têm enquadramento no RERAE, competindo-nos avaliar de que modo se pretende salvaguardar e minimizar os impactos da laboração da atividade na paisagem e no dia-a-dia das comunidades residentes nas envolventes"*;
- b) Que as construções dedicadas à atividade pecuária encontram-se em solo rural, categoria de espaço agrícola, conforme informação da DPRRU de 7/9/2018;
- c) O parecer favorável da Junta de Freguesia de Pedralva pela inexistência de reclamações e impacto ao nível urbanístico e paisagístico;

Submete-se à reunião de câmara o processo com o **parecer favorável ao Reconhecimento de Interesse Público Municipal**.

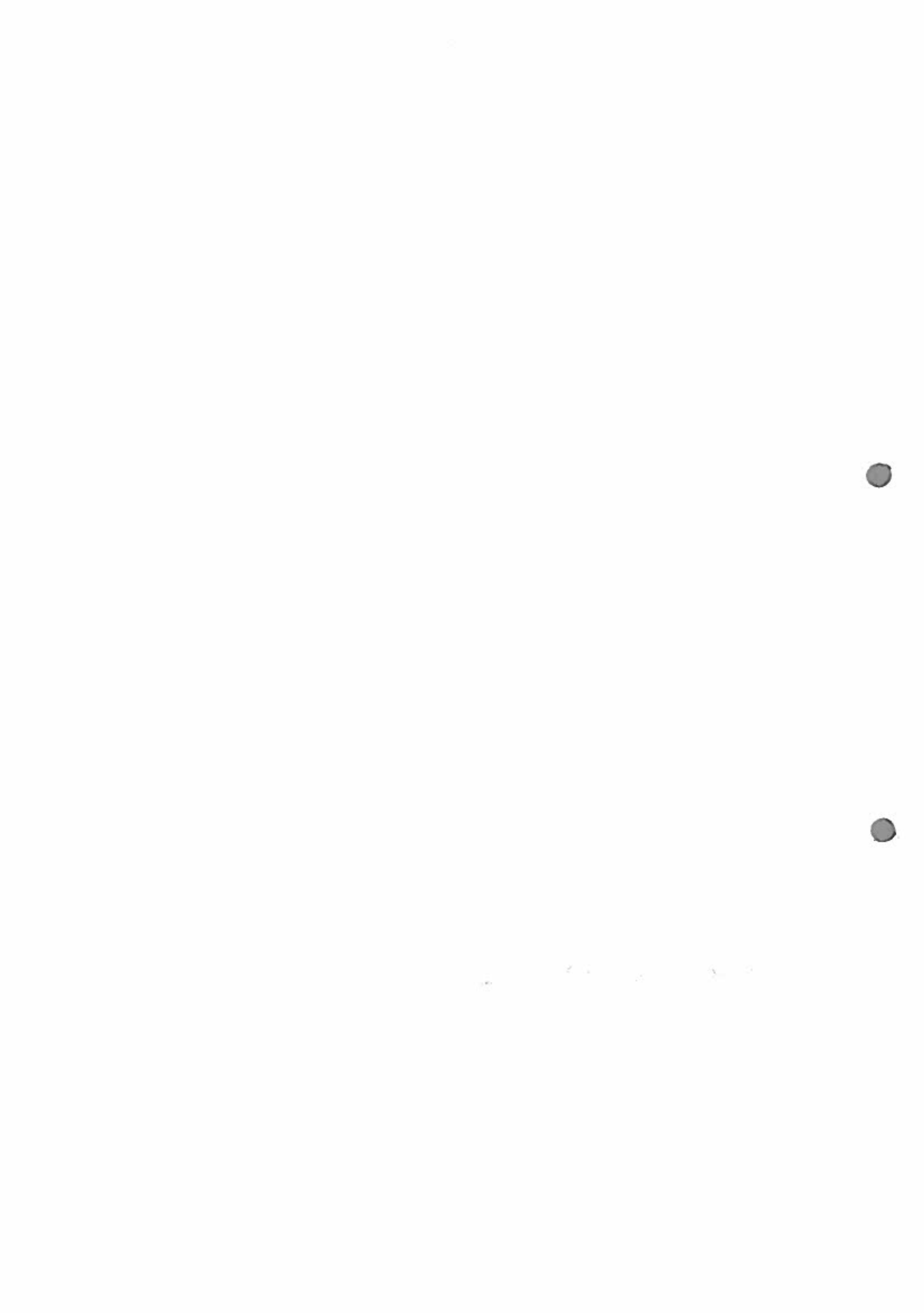
Braga, 14 de setembro de 2018

Submete-se à consideração superior o envio à reunião de executivo,

O Vereador do Planeamento, Ordenamento do Território e do Urbanismo,



(Miguel Sopas de Melo Bandeira)





BRAGA
Município

DPRRU-DIV. PLANEAMENTO REV. REGENERAÇÃO URBANA

Ver. MB

Eng. Miguel Hespanha

Processo Obra: 2018/450.10.009/1

Registo de entrada: E/5826/2017

Requerente: Judite Conceição Vaz Antunes

Local da obra: Rua das Eiras n.º 64, Pedralva

*Remeter ao DGU
Para decisão superior
Haverá condições para ser remetido
a A.T.
Tem parecer favorável da J.T. local.
10/9/2018
Miguel Hespanha*

Informação: 27663 de 07/09/2018

Assunto: Judite Conceição Vaz Antunes - Solicitação de reconhecimento de interesse público municipal para instrução de pedido no âmbito do RERAE

Técnico responsável: Ana Filomena Farinhas da Silveira Carvalho

Informação:

Âmbito do parecer técnico

1. Pretende-se o reconhecimento do interesse público municipal previsto no n.º 4 do artigo 5º do regime extraordinário de regularização de atividades económicas, vulgo RERAE, Decreto-Lei n.º 165/14 de 05/11, e Lei n.º 21/2016 de 19/07, para a exploração pecuária de Judite Conceição Vaz Antunes, sita na Rua das Eiras n.º 64, Pedralva.

2. O pedido foi efetuado pela CAVAGRI através do E/5826/2017 de 13/06/2017.

Análise Técnica

3. Da análise dos documentos que compõem o pedido verifica-se:

- O enquadramento do pedido no âmbito do diploma, dado tratar-se de atividade abrangida pela alínea b) do n.º 3 do artigo 1º, e desenvolver atividade por mais de dois anos, como requerido no artigo 2º do RERAE;
- Aguarda pela atribuição de título de atividade pela DRAPN;
- Identificam-se as disposições regulamentares em incumprimento, nomeadamente parâmetros urbanísticos (índice de utilização máxima, altura de fachada, afastamentos aos limites da propriedade) e incomodidades (cheiros pontuais por altura do esvaziamento da fossa séptica);
- Apresenta um efetivo de 19,8 CN (animais destinados a produção de leite);
- Emprega 1 pessoa;
- Apresenta faturação anual na ordem dos 40.600,00€.

4. Face ao PDM:

- As construções dedicadas à atividade pecuária encontram-se em solo rural, categoria Espaços Agrícolas;
- Não colide com servidões administrativas e restrições de utilidade pública;
- Pretende a regularização da sua exploração.



5. Em resposta à solicitação do Sr. Vereador Prof. Miguel Bandeira, a Junta de Freguesia de Pedralva enviou a 25 de abril cópia do seu ofício n.º 2. Neste documento emitem parecer favorável à regularização das explorações pecuárias localizadas na freguesia.

6. A legalização de explorações pecuárias ao abrigo do RERAE é uma das ações e medidas de política municipal identificadas no documento "Ações Integradas para o Desenvolvimento Rural" aprovado na Reunião de Câmara de 24/07/2017, estando previsto no protocolo celebrado entre o Município de Braga e a CAVAGRI a 10/01/2018 a implementação de medidas de correção necessárias ao adequado aproveitamento de efluentes gerados, bem como apoiar e estudar soluções coletivas de aproveitamento e redução de impactos ambientais dos efluentes gerados.

7. Anexa-se a esta informação pequeno resumo sobre o enquadramento do RERAE para melhor explicitação do mesmo.

Proposta de decisão

8. Decorre do exposto que o pedido tem enquadramento nas disposições do RERAE, e que nestes termos cabe à Assembleia Municipal decidir se existe interesse na regularização extraordinária desta exploração pecuária ao abrigo deste enquadramento legal.

9. Como explicitado no anexo, o reconhecimento de interesse público municipal não representa a legalização das atuais condições. Permite que o processo seja analisado à luz do RERAE, demonstrando interesse municipal na resolução da situação, a qual passará por uma conferência decisória presidida pela entidade coordenadora do licenciamento da atividade e onde representante municipal terá assento, e donde resultará uma deliberação que poderá assumir um dos seguintes sentidos: a) Deliberação favorável; b) Deliberação favorável condicionada; c) Deliberação desfavorável.

10. Não reconhecer o interesse público municipal a uma ou mais explorações é, no âmbito do RERAE, a eliminação da oportunidade de resolução da situação por esse enquadramento legal pois terá como principais consequências a rejeição liminar do processo na entidade coordenadora por deficiente instrução, e a obrigação legal de se despoletarem medidas de reposição da tutela da legalidade por parte da câmara municipal.

11. Em conclusão, deverá o pedido e a sua análise serem remetidos à Assembleia Municipal para decisão sobre o interesse da regularização extraordinária da exploração pecuária ao abrigo do Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas e, se a decisão for favorável ao pedido, a emissão da respetiva certidão da deliberação de existência de interesse municipal nessa regularização extraordinária.

12. O envio para reunião de Câmara e Assembleia Municipal deve ser acompanhado com cópias dos documentos constantes no E/5826/2017, e I/27660/2018.

A Chefe de Divisão,



ANEXO

1. O Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, veio estabelecer, com caráter extraordinário, um regime de regularização de estabelecimentos e explorações existentes à data da sua entrada em vigor que:
 - a. Não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade;
 - b. Estejam desconformes com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública;
 - c. A intenção de alteração ou ampliação não seja compatível com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.
2. A Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, veio prorrogar o prazo para apresentação de candidaturas de regularização extraordinária até 24/07/2017, e prevê no seu artigo 3º a extensão do regime: "Para além do previsto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, podem ainda beneficiar dos regimes a que se referem as alíneas a) e b) do n.º 1 do referido artigo os estabelecimentos e explorações que se destinem ao apoio da atividade agropecuária, da agricultura, horticultura, fruticultura, silvicultura e apicultura, designadamente armazéns, anexos e centrais de frio."
3. As candidaturas ao procedimento de regularização extraordinária têm de ser submetidas na entidade licenciadora ou coordenadora da atividade, constando na sua instrução "Deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento ou instalação, emitida pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal" – artigo 5º, 4a). A entidade coordenadora do licenciamento da atividade das explorações pecuárias de Braga é a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte.
4. Importa esclarecer que o reconhecimento de interesse público municipal não representa a legalização das atuais condições, apenas permite que o processo seja analisado à luz do RERAE, demonstrando interesse municipal na resolução da situação.
5. De facto, como constante no artigo 11º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 165/2014, a deliberação da conferência decisória assume um dos seguintes sentidos: a) Deliberação favorável; b) Deliberação favorável condicionada; c) Deliberação desfavorável.
6. Não reconhecer o interesse público municipal a uma ou mais explorações é, no âmbito do RERAE, a eliminação da oportunidade de resolução da situação por esse enquadramento legal pois terá como principais consequências a rejeição liminar do processo na entidade coordenadora por deficiente instrução, e a obrigação legal de se despoletarem medidas de reposição da tutela da legalidade por parte da câmara municipal.
7. Algumas explorações precisam mesmo de fiscalização mais intensiva para melhorarem quer as condições de alojamento dos animais, quer as infraestruturas de apoio necessárias à atividade, mitigando ou mesmo eliminando eventuais conflitos com a envolvente imediata, e o RERAE apresenta-se como uma boa oportunidade para o efeito.
8. Se a oportunidade de regularização extraordinária ao abrigo do RERAE for afastada por decisão da Assembleia Municipal, a situação em concreto poderá ser reanalisada em sede de revisão do PDM, apenas no que concerne à classificação e qualificação do solo, e aos parâmetros urbanísticos de cada categoria de espaço (regras gerais e abstratas). As restantes medidas de condicionamento de atividade que poderiam condicionar o licenciamento da atividade da exploração pecuária em concreto, definidas em sede de conferência decisória do procedimento RERAE, ficam afastadas.



Marca: ATD84
 Nome: Judite Conceicao Vaz Antunes
 Licença DRAP: -
 Sistema: -
 Tipo: Leite
 Cabeças Normais: 19,8
 Postos de Trabalho atuais: 1
 Expansão: sim

Escala 1:5 000
 Localização: Rua das Eiras, 64



PDM.Ordenamento - Escala 1:2 000
 A - Espaços Agrícolas



PDM.Condicionantes - Escala 1:2 000
 Sem Condicionantes



BRAGA
 Município

VEREACÃO DOS PELOURS DA REGENERAÇÃO URBANA, PATRIMÓNIO, LIGAÇÃO À UNIVERSIDADE, PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO

DMUOP / DMPOT / DPRRU

DIVISÃO DE PLANEAMENTO,
 REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

PROJETOU

DESENHOU

INÉS CALOR, ARQ.

PROJETO: VACARIAS - DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO

LOCAL: MUNICÍPIO DE BRAGA

DESENHO: FICHAS TÉCNICAS

REF: ID 37

DATA: 2018 01.08

ESCALA: VARIAS





Filomena Farinhas

De: Fátima Pereira
Enviado: 25 de abril de 2018 21:29
Para: Filomena Farinhas
Cc: Miguel Melo Bandeira
Assunto: Fwd: RERAE - Vacarias PEDRALVA
Anexos: OFICO Nº2 RERAE VACARIAS.pdf

Boa noite Arqta,
 Remeto parecer da JF de Pedralva acerca do RERAE das vacarias para que conforme indicação do Sr. Vereador conste da análise e ponderação a efetuar pelos serviços.

Cumprimentos
 Fatima Pereira

Enviado a partir do meu smartphone Samsung Galaxy.

----- Mensagem original -----

De: FREGUESIA PEDRALVA <jfpedralva@gmail.com>
Data: 25/04/18 20:41 (GMT+00:00)
Para: Fátima Pereira <fatima.pereira@cm-braga.pt>
Assunto: Re: RERAE - Vacarias PEDRALVA

Boa tarde

Serve o presente para enviar, em anexo o ofício referente ao assunto acima mencionado.
 O parecer da Junta de Freguesia de Pedralva é favorável, dado que até à data não existe histórico de reclamações.

Peço desculpa por responder ao vosso pedido só nesta data. Qualquer esclarecimento pode contactar-me.

Com os melhores cumprimentos
 Maria José Borges

No dia 12 de março de 2018 às 18:55, Fátima Pereira <fatima.pereira@cm-braga.pt> escreveu:

Exma. Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Pedralva,

Tendo o Município de Braga rececionado dois pedidos de **reconhecimento de interesse público municipal para efeitos do Regime Excecional de Regularização de Atividades Económicas (RERAE)** de duas vacarias localizadas em Pedralva incumbe-me o Sr. Vereador Professor Miguel Bandeira de solicitar o parecer da Junta de Freguesia. Para efeito de ponderação seria fundamental obter da Vossa parte informação relativa ao histórico de reclamações; o impacto das mesmas ao nível urbanístico; social e paisagístico e sugestões a serem consideradas no âmbito da regularização das mesmas (se for essa a opção).

Alguma informação que entenda necessária e/ou esclarecimento remeto o meu contacto - 967970800 para articulação com os serviços.

Com os melhores cumprimentos,



Arq.ª Fátima Pereira
Gabinete de Apoio à Vereação

Pelouros da Regeneração Urbana,
Património, Ligação à Universidade,
Planeamento, Ordenamento e Urbanismo

fatima.pereira@cm-braga.pt

T: 253 203 150

www.cm-braga.pt Ext: 1191

--
Maria José Borges



**Freguesia
de
Pedralva**

SERVIÇOS DA REPÚBLICA

Pedralva, 24 de Abril de 2018

Ex. Sr. Presidente da Câmara Municipal de
Braga

Sua referência

Sua comunicação

Nossa referência
02/2018

Data
24/04/2018

Assunto: RERAE de duas Vacarias localizadas em Pedralva

Vem a Junta de Freguesia de Pedralva dar o seu parecer relativamente, ao assunto acima mencionado, e enviado via e-mail para esta Junta. O nosso parecer é favorável, dado que não há históricos de reclamações. E as mesmas não tem qualquer impacto ao nível urbanístico, social e paisagístico.

Sem mais assunto,

Com os melhores cumprimentos

A Presidente da Junta
Maria José Fernandes Borges
(Maria José Fernandes Borges)
Avenida da Igreja, 5 - 4715-464 Braga





BRAGA
Município

DPRRU- DIVISÃO DE PLANEAMENTO REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

Eng. Miguel Resquite

Lu. MB

AS

Processo Obra:

Registo de entrada: E/5826/2017

Requerente: Judite Conceição Vaz Antunes

Local da obra: Rua das Eiras, 64

Informação: 26748 de 27/08/2018

Assunto: Judite Conceição Vaz Antunes - Solicitação de reconhecimento de interesse público municipal para instrução de pedido no âmbito do RERA

Técnico responsável: Ana Filomena Farinhas da Silveira Carvalho

Remeter à DMUOP
Concordo com a informação da DPAR
O pedido de interesse público municipal para deliberação sobre o
interesse de regularização extra ordinária
e da existência de interesse municipal
28/8/2018
Miguel Resquite

Informação:

Âmbito do parecer técnico

1. Pretende-se o reconhecimento do interesse público municipal previsto no n.º 4 do artigo 5º do regime extraordinário de regularização de atividades económicas, vulgo RERA, Decreto-Lei n.º 165/14 de 05/11, e Lei n.º 21/2016 de 19/07, para a exploração pecuária de Judite Conceição Vaz Antunes, sita na Rua das Eiras n.º 64, em Pedralva.
2. O pedido foi efetuado pela CAVAGRI através do E/5826/2017.

Análise Técnica

3. Da análise dos documentos que compõem o pedido verifica-se:

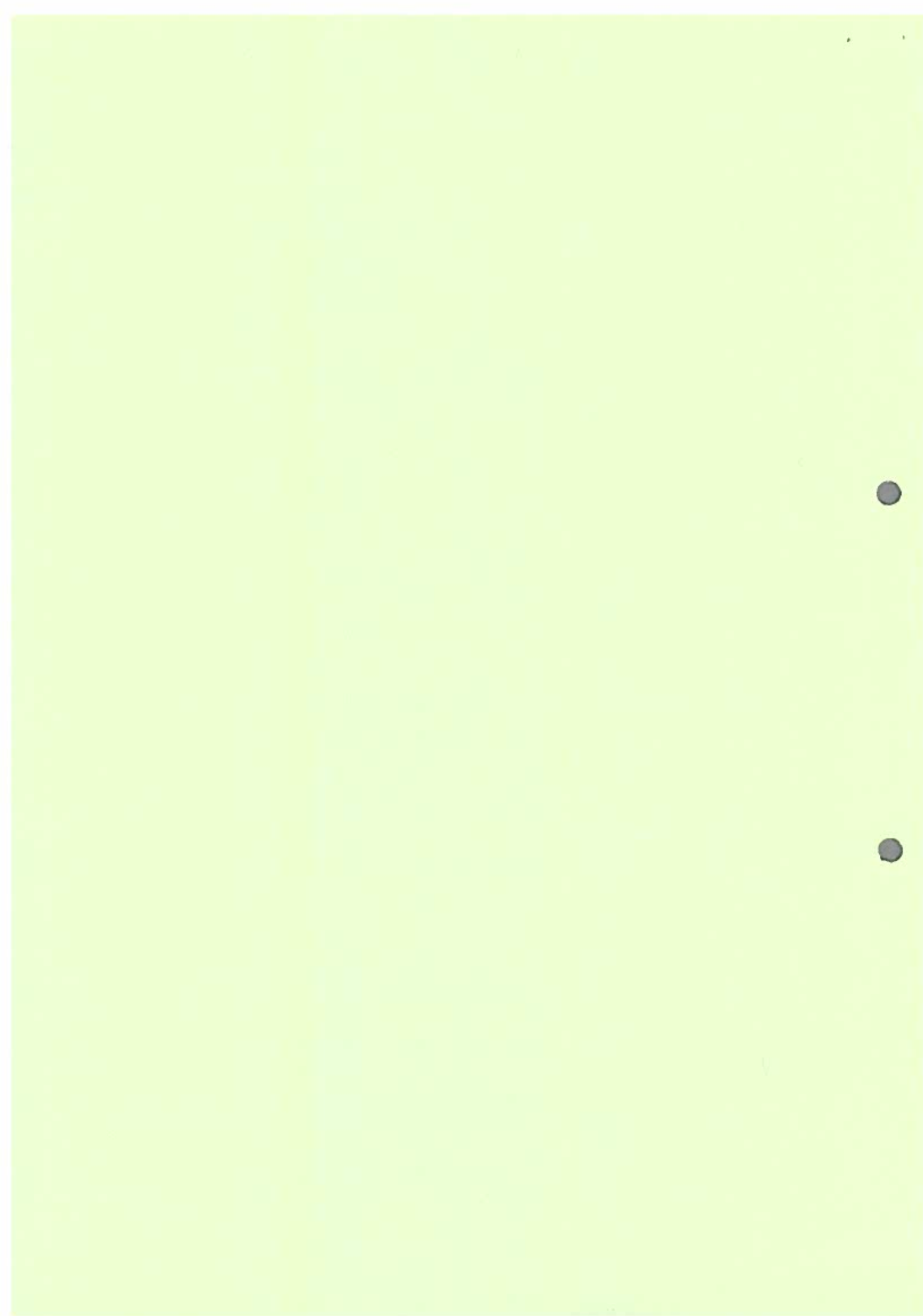
- a) O enquadramento do pedido no âmbito do diploma, dado tratar-se de atividade abrangida pela alínea b) do n.º 3 do artigo 1º, e desenvolver atividade por mais de dois anos, como requerido no artigo 2º do RERA;
- b) Aguarda pela atribuição de título de atividade pela DRAPN;
- c) Identificam-se as disposições regulamentares em incumprimento, nomeadamente parâmetros urbanísticos (Índice de utilização máxima, altura de fachada, afastamentos aos limites da propriedade) e incomodidades (cheiros pontuais por altura do esvaziamento da fossa séptica);
- d) Apresenta um efetivo de 19,8 CN (animais destinados a produção de leite);
- e) Emprega 1 pessoa;
- f) Apresenta faturação anual na ordem dos 40.600,00€.

4. Face ao PDM:

- a) As construções dedicadas à atividade pecuária encontram-se em solo rural, categoria Espaços Agrícolas;
- b) Não colide com servidões administrativas e restrições de utilidade pública;
- c) Pretende a regularização da sua exploração.

5. A legalização de explorações pecuárias ao abrigo do RERA é uma das ações e medidas de política municipal identificadas no documento "Ações Integradas para o Desenvolvimento Rural" aprovado na Reunião de Câmara de 24/07/2017, estando previsto no protocolo celebrado entre o Município de Braga e a CAVAGRI a 10/01/2018 a implementação de medidas de correção necessárias ao adequado aproveitamento de efluentes gerados, bem como apoiar e estudar soluções coletivas de aproveitamento e redução de impactos ambientais dos efluentes gerados.

6. Anexa-se a esta informação pequeno resumo sobre o enquadramento do RERA para melhor explicitação do mesmo.



Proposta de decisão

7. Decorre do exposto que o pedido tem enquadramento nas disposições do RERAE, e que nestes termos cabe à Assembleia Municipal decidir se existe interesse na regularização extraordinária desta exploração pecuária ao abrigo deste enquadramento legal.

8. Como explicitado no anexo, o reconhecimento de interesse público municipal não representa a legalização das atuais condições. Permite que o processo seja analisado à luz do RERAE, demonstrando interesse municipal na resolução da situação, a qual passará por uma conferência decisória presidida pela entidade coordenadora do licenciamento da atividade e onde representante municipal terá assento, e donde resultará uma deliberação que poderá assumir um dos seguintes sentidos: a) Deliberação favorável; b) Deliberação favorável condicionada; c) Deliberação desfavorável.

9. Não reconhecer o interesse público municipal a uma ou mais explorações é, no âmbito do RERAE, a eliminação da oportunidade de resolução da situação por esse enquadramento legal pois terá como principais consequências a rejeição liminar do processo na entidade coordenadora por deficiente instrução, e a obrigação legal de se despoletarem medidas de reposição da tutela da legalidade por parte da câmara municipal.

10. Em conclusão, deverá o pedido e a sua análise serem remetidos à Assembleia Municipal para decisão sobre o interesse da regularização extraordinária da exploração pecuária ao abrigo do Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas, e se a decisão for favorável ao pedido a emissão da respetiva certidão da deliberação de existência de interesse municipal nessa regularização extraordinária.

A Chefe de Divisão,





ANEXO

- 1) O Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, veio estabelecer, com caráter extraordinário, um regime de regularização de estabelecimentos e explorações existentes à data da sua entrada em vigor que:
 - a) Não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade;
 - b) Estejam desconformes com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública;
 - c) A intenção de alteração ou ampliação não seja compatível com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.
- 2) A Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, veio prorrogar o prazo para apresentação de candidaturas de regularização extraordinária até 24/07/2017, e prevê no seu artigo 3º a extensão do regime: "Para além do previsto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, podem ainda beneficiar dos regimes a que se referem as alíneas a) e b) do n.º 1 do referido artigo os estabelecimentos e explorações que se destinem ao apoio da atividade agropecuária, da agricultura, horticultura, fruticultura, silvicultura e apicultura, designadamente armazéns, anexos e centrais de frio."
- 3) As candidaturas ao procedimento de regularização extraordinária têm de ser submetidas na entidade licenciadora ou coordenadora da atividade, constando na sua instrução "Deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento ou instalação, emitida pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal" – artigo 5º, 4a). A entidade coordenadora do licenciamento da atividade das explorações pecuárias de Braga é a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte.
- 4) Importa esclarecer que o reconhecimento de interesse público municipal não representa a legalização das atuais condições, apenas permite que o processo seja analisado à luz do RERAE, demonstrando interesse municipal na resolução da situação.
- 5) De facto, como constante no artigo 11º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 165/2014, a deliberação da conferência decisória assume um dos seguintes sentidos: a) Deliberação favorável; b) Deliberação favorável condicionada; c) Deliberação desfavorável.
- 6) Não reconhecer o interesse público municipal a uma ou mais explorações é, no âmbito do RERAE, a eliminação da oportunidade de resolução da situação por esse enquadramento legal pois terá como principais consequências a rejeição liminar do processo na entidade coordenadora por deficiente instrução, e a obrigação legal de se despoletarem medidas de reposição da tutela da legalidade por parte da câmara municipal.
- 7) Algumas explorações precisam mesmo de fiscalização mais intensiva para melhorarem quer as condições de alojamento dos animais, quer as infraestruturas de apoio necessárias à atividade, mitigando ou mesmo eliminando eventuais conflitos com a envolvente imediata, e o RERAE apresenta-se como uma boa oportunidade para o efeito.
- 8) Se a oportunidade de regularização extraordinária ao abrigo do RERAE for afastada por decisão da Assembleia Municipal, a situação em concreto poderá ser reanalisada em sede de revisão do PDM, apenas no que concerne à classificação e qualificação do solo, e aos parâmetros urbanísticos de cada categoria de espaço (regras gerais e abstratas). As restantes medidas de condicionamento de atividade que poderiam condicionar o licenciamento da atividade da exploração pecuária em concreto, definidas em sede de conferência decisória do procedimento RERAE, ficam afastadas.



Marca: ATD84
 Nome: Judite Conceicao Vaz Antunes
 Licença DRAP: -
 Sistema: -
 Tipo: Leite
 Cabeças Normais: 19,8
 Postos de Trabalho atuais: 1
 Expansão: sim

Escala 1:5 000
 Localização: Rua das Eiras, 64



PDM.Ordenamento - Escala 1:2 000
 A - Espaços Agrícolas



PDM.Condicionantes - Escala 1:2 000
 Sem Condicionantes



VERIFICAÇÃO DOS PELOUROS DA REGENERAÇÃO URBANA, PATRIMÓNIO, LIGAÇÃO À UNIVERSIDADE, PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO

DMUOP / DMPOT / DPRRU

DIVISÃO DE PLANEAMENTO,
 REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

PROJETO: VACARIAS - DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO

REF ID 37

PROJETOU

LOCAL: MUNICÍPIO DE BRAGA

DATA: 2018.01.08

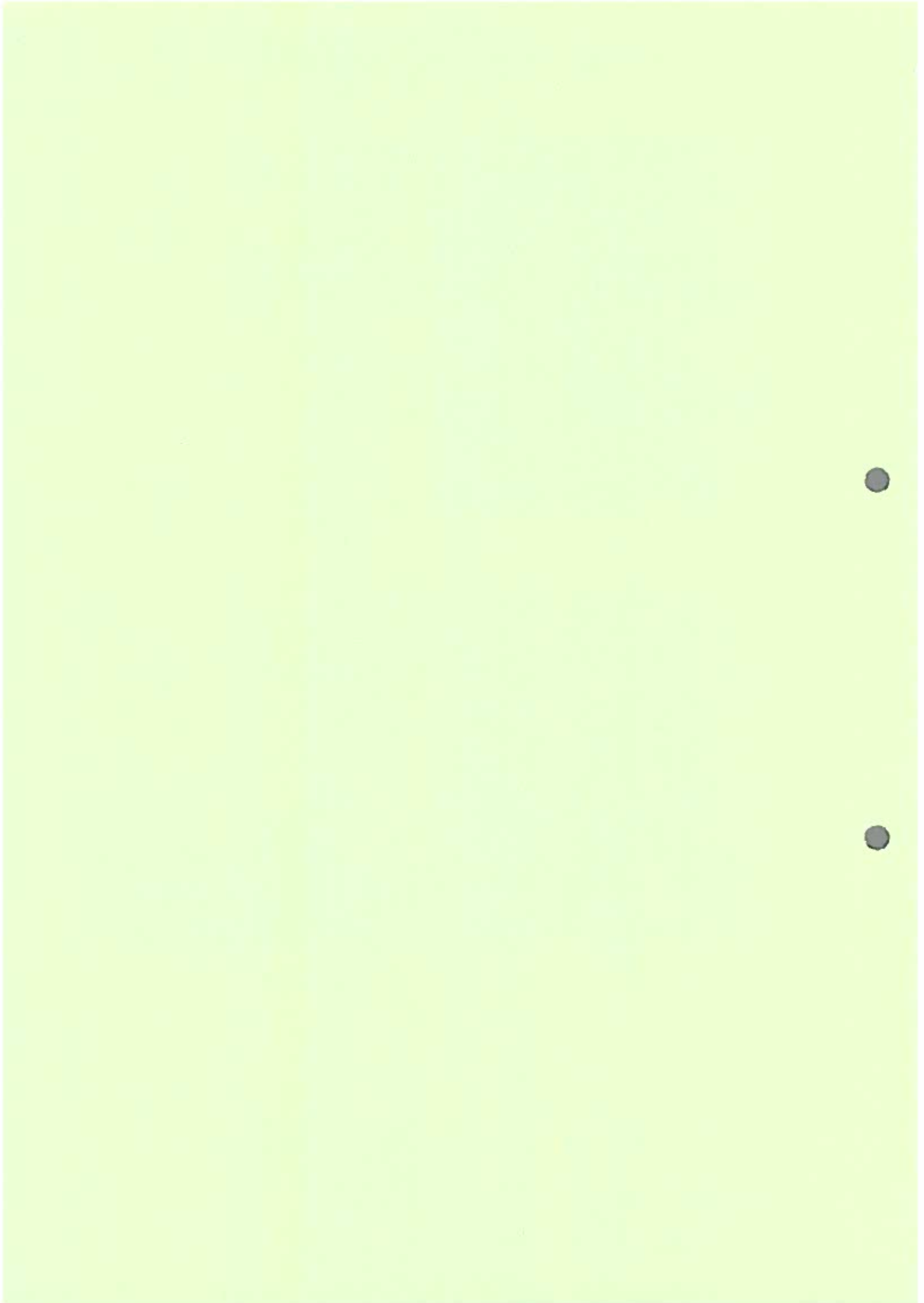
DESENHOU

INÉS CALOR, ARQ.

DESENHOU FICHAS TÉCNICAS

ESCALA: VARIAS





Exmo. Senhor

Presidente da Câmara Municipal

E/5826/2014 ✓

A CAVAGRI, Cooperativa Agrícola do Alto Cávado, CRL., na qualidade de representante dos seus associados, congregando nesta entidade, quer por via da sua secção Pecuária quer por via da sua Secção de Organização de Produtores Pecuários 100% dos exploradores pecuários do concelho, sendo conhecedora da prorrogação de prazo concedido para a regularização extraordinária de atividades económicas, vem solicitar o reconhecimento de interesse público municipal para as unidades pecuárias abaixo identificadas, dado representarem 45% das explorações de bovinos detentoras de 90,4% dos animais deste setor em Braga

209
Verificação

Marca	Exploração	NIF	Titular da Atividade/Exploração	Freguesia
	ATF23	180 451 553	ABILIO DA CRUZ MESQUITA	LOMAR E ARCOS ✓
	AT31B	198 143 966	ADELINA PEIXOTO FERNANDES	SANTA LUCRÉCIA DE ALGERIZ E NAVARRA
	AT17C	193 758 954	ADRIANO MARTINS BARBOSA	ARENTIM/CUNHA
	AT43B	175 142 734	AGOSTINHO GONÇALVES FERREIRA	PRISCOS
	ATC80	510 052 940	AGROMORREIRA LDA	MORREIRA E TRANDEIRAS
	ATJ85	165 625 767	ALEXANDRE DE JESUS RODRIGUES DUARTE	SOBREPOSTA
	ATM47	156 189 313	ALFREDO FRANKLIN G. VILAÇA	RUILHE
	ATL85	131 361 295	AMABELIA ESTEVES	ESPORÕES
	ATX88	125 371 411	ANA DA CONCEICAO GOMES BARBOSA	REAL, DUME E SEMELHE
	ATD58	214 154 750	ANIBAL DA SILVA MACEDO	MORREIRA E TRANDEIRAS
	ATC79	221 538 305	ANTONIO ALBERTO PEIXOTO	MIRE DE TIBÃES
	ATD10	188 524 070	ANTONIO CORREIA OLIVEIRA	FIGUEIREDO
	ATB96	123 944 988	ANTONIO DA COSTA MARTINS	CELEIRÓS, AVELEDA E VIMIEIRO
	AT05A	193 412 241	ANTONIO DA CUNHA ARAUJO	MERELIM (SÃO PEDRO) E FROSSOS
	AT35C	146 707 192	ANTONIO DA SILVA BARROSO	PRISCOS
	AT12A	175 799 660	ANTONIO DA SILVA DIAS	LOMAR E ARCOS
	AT81B	156 996 758	ANTÓNIO DA SILVA GONÇALVES	SANTA LUCRÉCIA DE ALGERIZ E NAVARRA
	ATM27	175 951 527	ANTONIO DUARTE	SANTA LUCRÉCIA DE ALGERIZ E NAVARRA
	ATJ07	158 007 689	ANTONIO DUARTE DA SILVA	MERELIM (SÃO PEDRO) E FROSSOS
	ATG41	161 259 219	ANTONIO DUARTE DA SILVA	MERELIM (SÃO PAIO), PANOIAS E PARADA DE TIBÃES
	ATP41	166 851 647	ANTONIO GOMES ARAUJO	PALMEIRA
	ATF68	161 355 080	ANTÓNIO JOSÉ SILVA OLIVEIRA	ADAÚFE
	ATZ54	156 187 680	ANTONIO MAIA DE CARVALHO	ESCUDEIROS E PENSO (SANTO ESTÊVÃO E SÃO VICENTE)
	ATH92	105 923 664	ANTONIO MALHEIRO CORREIA	ADAÚFE
	ATM66	214 528 286	ANTONIO MANUEL GOMES CARVALHO	MORREIRA E TRANDEIRAS
	ATJ95	131 493 140	ANTONIO MARQUES VIEIRA	SOBREPOSTA

Paga f.e. futura a 205/12644/2014

